



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 187/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, conforme disposto na Lei nº 3.820/60:

Considerando a necessidade de disciplinar as atividades administrativas deste Conselho Regional de Farmácia de acordo com a Resolução nº 638/2017 do Conselho Federal de Farmácia;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos, em especial no tocante aos processos de inscrição de pessoa física e jurídica, transferência e cancelamento;

Considerando que a prestação de serviço público eficiente, célere e de qualidade é responsabilidade da Administração Pública, sendo certo que a otimização de práticas administrativas contribui para esse resultado;

RESOLVE:

Artigo 1º - Estabelecer práticas uniformes para procedimentos administrativos que envolvem inscrição, registro, transferência, cancelamento, baixa, emissão de certidão de regularidade e averbação neste Regional.

Artigo 2º - São obrigadas a ter inscrição no Conselho Regional de Farmácia da respectiva unidade federativa a pessoa física mencionada no artigo 14 e seu parágrafo único da Lei nº 3820/60 e que pretenda exercer atividades profissionais farmacêuticas no país, bem como as pessoas jurídicas, empresas e estabelecimentos, que explorem serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico da citada Lei Federais.

Artigo 3º - Deve ser observado o prazo máximo de 30 dias previsto no artigo 4º da Resolução 638/2017 para conclusão dos processos de inscrição, transferência, registro e provisionamento abertos perante a Autarquia, conferindo ao interessado o direito à ampla defesa e de recurso ao Conselho Federal de Farmácia no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência do fato pelo interessado.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos se iniciam ou vencem no dia de expediente normal do CRF-RJ.



PESSOA FÍSICA

Artigo 4º - O Serviço de Registro/Seccional, ao receber um requerimento de inscrição provisória ou definitiva deverá cadastrar o interessado no sistema do CRF-RJ, atentando-se para a inserção completa das informações, em especial dados pessoais, endereço completo com CEP, email, telefone para contato, informações estas que devem ser verificadas e confirmadas sempre que o profissional entrar em contato (telefone, presencial) com o CRF-RJ.

Artigo 5º - Antes de efetivar o protocolo de requerimento de inscrição provisória, o Setor de Registro/Seccionais deve exigir do interessado a comprovação do reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação ou pela Secretaria Estadual de Educação no caso dos cursos técnicos, mediante a apresentação de cópia autenticada ou certificada digitalmente da publicação no Diário Oficial.

Artigo 6º – Para a concessão de inscrição provisória da pessoa física deverão ser observados os seguintes requisitos:

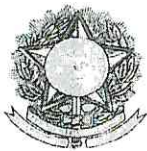
- a) certidão ou declaração original expedida pela Universidade ou Faculdade, ou Escola (Colégio) no caso dos técnicos, comprovando a conclusão do curso e a colação de grau, para farmacêuticos;
- b) histórico escolar do curso
- c) não estar proibido de exercer a profissão
- d) 2 fotos coloridas 3x4 em fundo branco, de frente e recente.
- e) Documentos de identidade pessoal (RG), CPF, título de eleitor e reservista, se for o caso;
- f) Recolhimento de custos de emissão e serviços específicos

Artigo 7º – A inscrição provisória será concedida pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período, desde que haja requerimento expresso deferido, independente da data da inscrição,

§ 1º - A substituição da Cédula de Identidade Profissional de Inscrição Provisória dependerá de requerimento instruído com prova de que o diploma ou seu registro continua em fase de processamento, com o pagamento das respectivas custas.

§ 2º - As inscrições provisórias em que não for solicitada sua renovação, que tenham o pedido indeferido, ou não tenham feito pedido de inscrição definitiva devem ser canceladas logo depois de alcançado seu vencimento, independente do profissional possuir trabalho/emprego ou não.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, as anuidades de inscrição provisória incidirão até a data do vencimento da inscrição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

§ 4º - O Serviço de Secretaria deverá manter um controle das inscrições provisórias ativas no Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, atentando-se para as respectivas datas de vencimento, quando deverá, se for o caso, adotar as providências descritas nos parágrafos anteriores.

Artigo 8º – Caberá ao Serviço de Secretaria/Seccional encaminhar para o interessado por via postal com aviso de recebimento e também por email a decisão quanto ao pedido de inscrição provisória ou definitiva no quadro de Farmacêutico do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, informando que o profissional deverá comparecer na Sede ou Seccional do CRF-RJ para a retirada do boleto da anuidade em até 10 (dez) dias.

Parágrafo único - O pagamento da respectiva anuidade é condição essencial para a conclusão do processo de inscrição e o não pagamento implicará em cancelamento do processo.

Artigo 9º - Não será exigida a inscrição secundária do farmacêutico que venha a exercer provisoriamente por até 90 (noventa) dias a profissão em outra jurisdição. Superado esse prazo, caso continue a exercer sua profissão no Estado do Rio de Janeiro, a inscrição secundária ou de transferência do profissional é obrigatória junto ao Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - Sendo o exercício profissional farmacêutico dentro do prazo de até 90 dias e caso o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro seja o Conselho de destino, o interessado deverá apresentar a sua carteira profissional para ser vistada, sem ônus, pelo Presidente, junto com certidão do Conselho de origem constando que o profissional não se encontra suspenso ou eliminado, mencionando a sua atividade atual e razão social do estabelecimento ou nome da instituição, endereço e horário de trabalho;

§ 2º - caso o CRF-RJ seja o Conselho de origem será emitida certidão de igual teor do parágrafo anterior.

§ 3º - No caso de não possuir carteira profissional (inscrição provisória), apresentar somente a certidão.

§ 4º - A existência de débitos, processo ético em andamento ou eventuais penalidades que não sejam de eliminação ou suspensão não impedirão a emissão das certidões de que trata o parágrafo anterior, tampouco deverão ser parte integrante do texto daquela ou representar óbice para atuação do profissional em outra jurisdição de modo provisório.



Artigo 10 – O pedido de transferência deverá ser feito junto ao Conselho Regional de Farmácia de destino, mediante requerimento em 2 (duas) vias.

§ 1º - Nos casos em que o Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro for o Conselho de Origem deverá ser emitida certidão de transferência, mediante requerimento expresso protocolado pelo interessado e após o recolhimento dos devidos emolumentos.

§ 2º - A certidão mencionada no parágrafo anterior deverá ser emitida no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento e constar o que segue:

- a) Que o interessado não se encontra suspenso ou eliminado;
- b) Se possuir processo ético em andamento, sendo que, após o trânsito em julgado, deverá ser informado o arquivamento ou penalidade imposta e que deverá ser aplicada pelo Conselho Regional de Farmácia de destino;
- c) Outras proibições, impedimentos e penalidades não prescritas;
- d) Que se encontra quite nos termos do artigo 22 da lei 3820/60.

§ 3º- A existência de débitos de anuidade, bem como possuir anuidade em parcelamento, ou eventuais penalidades éticas de eliminação ou suspensão (dentro do prazo) ou eliminação impedirão a emissão da certidão de que trata o parágrafo 1º.

§ 4º - Deverá o Serviço de Secretaria/Seccionais reter a cédula de identidade profissional do requerente quando da entrega da certidão de transferência, devendo esta cédula ser arquivada no respectivo processo de inscrição definitiva.

§ 5º - A Carteira profissional também deverá ser retida para anotação e posterior devolução ao requerente

§ 6º - Caso o CRF RJ seja o Conselho Regional de destino deverá ser solicitado ao interessado, no momento do protocolo do requerimento de transferência, a certidão de transferência emitida pelo Conselho Regional de origem, observados os requisitos constantes nas letras a, b e c do parágrafo deste artigo, bem como 01 (uma) fotografia 3x4 colorida, em fundo branco de frente e recente.

§ 7º - Atendidas as formalidades do parágrafo anterior e após o pagamento dos custos de emissão e serviço deverá ser confeccionada nova cédula de identidade profissional e anotada a transferência na carteira profissional.

Artigo 11 – Para fins de cancelamento de inscrição de pessoa física, o interessado deverá protocolar no Serviço de Registro ou Seccional requerimento expresso em 2 (duas) vias dirigido ao Regional, por meio de formulário próprio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

§ 1º - No momento da solicitação de cancelamento deverá ser recolhida a cédula e carteira de identidade profissional, arquivando-as junto ao prontuário do profissional. Caso o interessado não apresente os documentos no ato do pedido, a solicitação não poderá ser efetivada, sendo a apresentação destes condição determinante para processamento do pedido.

§ 2º - Na hipótese de extravio, furto ou roubo da cédula e/ou carteira, o profissional deverá entregar ao Conselho Regional de Farmácia o Registro de Ocorrência Policial constando o fato.

Artigo 12 - O fato gerador para a cobrança de anuidades é a inscrição/registro, nos termos da Lei 12.514/11. Assim sendo, para os profissionais que tiverem o pedido de cancelamento de inscrição deferido será devida a anuidade proporcional do ano em exercício até a data do efetivo deferimento, observado o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão do pedido.

Artigo 13 – As inscrições de profissionais e técnicos (definitiva/provisória) serão homologadas pela Plenária.

PESSOA JURÍDICA

Artigo 14 – O Registro Inicial de pessoa jurídica deverá ser solicitado por meio de requerimento expresso, através de formulário próprio e protocolado na sede do Regional ou Seccionais, anexando-se a documentação descrita nas letras a, b, c e d abaixo:

- a) ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) pedido de assunção de responsabilidade técnica do farmacêutico (Termo de Compromisso de Responsabilidade Técnica - TECRAT);
- d) Original e cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (se for o caso)

§ 1º - No ato do requerimento de registro inicial os formulários deverão estar corretamente e completamente preenchidos.

§ 2º - A solicitação de registro inicial de pessoa jurídica trata-se apenas de um requerimento.



Artigo 15 - A anuidade será devida a contar da data do efetivo registro da empresa no Regional. A pessoa jurídica somente poderá exercer as atividades relacionadas ao seu objeto social, após o deferimento.

Artigo 16 – O processo de registro da pessoa jurídica deverá ser submetido à avaliação do Regional no prazo de até 30 (trinta) dias, que deverá:

I - deferir o registro, se o requerente atender aos dispositivos da Lei Federal nº 3.820/ 1960 e demais normas aplicáveis à espécie, além de resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Farmácia;

II - promover diligências para saneamento de pendências, concedendo prazo de 10 (dez) dias para manifestação do requerente;

III - indeferir o registro quando configurada a sua impossibilidade.

§ 1º - O Serviço de Registro/Seccional, depois do pagamento da taxa de expediente, notificará a empresa mediante envio de correspondência com aviso de recebimento, por telefone ou por email quanto ao resultado do pedido, informando que o representante legal deverá comparecer na Sede ou Seccional do CRF-RJ para a retirada do boleto da anuidade em até 05 (cinco) dias ou ciência de exigência;

§ 2º - O não atendimento a solicitação de comparecimento levará ao cancelamento do processo;

Artigo 17 – O fato gerador para cobrança de anuidade de pessoa jurídica é o registro, o qual será desconsiderado apenas se não houver prova inequívoca de encerramento das atividades.

Parágrafo único: Após o registro será fornecida declaração informando que o processo se encontra sem débito e sem exigência e pronto para encaminhamento para homologação pela Plenária do CRF-RJ.

Artigo 18 – Para cancelamento de registro, a pessoa jurídica deverá protocolar um requerimento expresso e formal, por meio de formulário padrão do Regional, anexando distrato social ou alteração contratual, estatuto ou ata que conste o encerramento das atividades ou declaração da empresa indicando que não atuará mais nas atividades que necessitem de responsabilidade técnica do farmacêutico.

7. § 1º - A existência de débitos não impedirá o deferimento do pedido de cancelamento do registro da pessoa jurídica.

§ 2º - Caso seja deferido o pedido de cancelamento e havendo débitos pendentes estes serão inscritos em dívida ativa e procedidas todas as formas para cobrança do crédito regularmente constituído.



§3º - Na hipótese de determinada pessoa jurídica fazer solicitação de registro inicial indicando endereço já cadastrado no Regional como sendo sede de outra pessoa jurídica cujo registro se encontra ativo deverá o Serviço de Registro ou Seccionais solicitar e observar se no contrato de locação da requerente contém o endereço informado. Caso positivo, deverá o Serviço de Registro/Seccional fazer consulta de endereço no site da Receita Federal, bem como do Sintegra-RJ tanto em nome da requerente quanto em nome da outra pessoa jurídica que se encontra cadastrada no Regional, se for o caso.

§ 4º - Após pesquisa no site da Receita Federal e Sintegra-RJ, caso seja constatado endereço distinto da pessoa jurídica solicitante deverá ser solicitado a esta a promoção de diligência para saneamento dessa pendência, concedendo prazo de 10 (dez) dias para manifestação, se for caso.

§ 5º - Caso seja constatado o mesmo endereço para ambas as empresas, a pessoa jurídica anteriormente cadastrada no endereço e registrada presume-se dissolvida irregularmente, uma vez que deixou de funcionar no seu domicílio sem comunicação ao Regional de Farmácia, cabendo o cancelamento de seu registro e legitimando o redirecionamento dos débitos contraídos antes do arquivamento e da execução fiscal ao seu sócio-gerente.

§ 6º - Com fins de comprovação, visando não caracterizar improbidade administrativa ou renúncia fiscal, as pesquisas dos sites do Sintegra-RJ e Receita Federal, o AR's do Correio e cópia do email enviado deverá ser impressos e inseridos no processo ou formulário da pessoa jurídica, bem como lançadas todas as informações no sistema interno do CRF-RJ.

Art. 19 – O Conselho Regional de Farmácia, por meio do Serviço de Registro, poderá, excepcionalmente, promover a baixa ex-officio da pessoa jurídica após adoção de no mínimo um dos procedimentos seguintes:

- a) Envio de 03 correspondências com aviso de recebimento, solicitando que a empresa se regularize perante o Conselho Regional.
- b) Análise do Plenário do relatório emitido pelo setor de fiscalização que constate a aparente extinção da empresa ou encerramento das atividades farmacêuticas.

7.

§ 1º - Caso na pesquisa conste o encerramento das atividades da empresa não se faz necessário a adoção dos procedimentos descritos nas letras a e b, devendo tal informação ser encaminhado ao Serviço Financeiro para apuração de possíveis débitos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

§ 2º - Para reenvio das correspondências devolvidas mencionadas na letra a é necessário fazer pesquisa de endereço nos sites da Receita Federal (CNPJ) e Sintegra-RJ e verificar o endereço da empresa.

§ 3º - As correspondências que retornarem ou no Aviso de recebimento constar a informação "não procurado" não servirão para fins de comprovação, devendo ser encaminhada nova correspondência.

Artigo 20 – O registro de empresas será homologado pela Plenária.

Artigo 21 – Os procedimentos estabelecidos por meio desta Ordem de serviço devem ser observados em conjunto com o que estabelece a Resolução 638-2017 do CFF.

Artigo 22 – Os casos omissos serão decididos pela Diretoria do CRF-RJ.

Artigo 23 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2017.


MARCUS VINICIUS ROMANO ATHILA
Presidente